

Fique informado sobre a PETROS

Informativo sobre atuação dos Conselheiros da PETROS, indicados pelo CDPP N° 8 Agosto/2009

Nota dos Conselheiros Eleitos da PETROS com relação ao Boletim ANAPAR 318

Participamos ativamente da discussão política e da mobilização que levou à criação da ANAPAR - Associação Nacional dos Participantes dos Fundos de Pensão, ainda em 2002. Entendíamos que os participantes de fundos de pensão deveriam, organizados, lutar pela boa gestão das entidades responsáveis pela complementação de sua aposentadoria.

Há tempos temos denunciado que o Fundo Administrativo da Petros deveria ser reduzido. Esse Fundo foi formado na sua quase totalidade pelas contribuições, durante 40 anos, dos participantes do Plano Petros original e, principalmente, pelas parcelas dos pagamentos decorrentes dos compromissos assumidos pelas patrocinadoras com os fundadores da Petros que compõem o grupo Pré-70.

O Conselho Fiscal solicitou inúmeras vezes, que a Diretoria da Petros demonstrasse através de análise atuarial qual deveria ser o real valor desse Fundo que já atingiu cerca de R\$ 1 bilhão. A necessidade desse estudo está diretamente vinculada à proposta que o Conselho Fiscal sempre apresentou, por decisão unânime de seus membros, para que o Fundo Administrativo global fosse desmembrado por plano administrado pela Fundação, para que se conhecessem os efetivos custos e os subsídios que os demais planos estão recebendo.

O Conselho Fiscal indicou, durante todos esses anos passados, a necessidade de encontrar meios legais para efetuar transferência de valores excedentes do Fundo Administrativo para o Fundo Previdencial. Especificamente o Plano Petros do Sistema Petrobras, de benefício definido (BD), face aos déficits apresentados decorrentes, fundamentalmente, pelo não pagamento das dívidas das patrocinadoras. Dívidas estas não executadas pela Diretoria Executiva e que a ANAPAR também não denunciou.

**ANAPAR
abandonou os
participantes de
fundos de pensão**

Desse Fundo Administrativo elevado, sem necessidade, sai o custeio da máquina administrativa da Fundação Petros, e também saem os valores relativos à contratação de consultorias atuariais, de consultorias jurídicas, de pareceres de advogados. O "consultor atuarial" da FUP, por exemplo, na ação civil pública movida contra a Petrobrás e Petros, curiosamente tem contrato com a Fundação Petros, com dinheiro pago por todos. Ou seja, trabalha tanto para a FUP quanto para a Fundação Petros.

Dali saem, ainda, os recursos para custear os trabalhos feitos pela GLOBALPREV, outra contratada pela Fundação Petros. É dali que, também, saíram recursos para o pagamento de dois pareceres jurídicos: o primeiro que dizia que a Fundação Petros não precisava implantar a chamada "paridade contributiva"; o segundo que dizia que a Fundação deveria implantar tal paridade. De uma forma curiosa, ambos os pareceres feitos pelo mesmo advogado contratado pela Petros.

Há pouco tempo a questão do custeio administrativo foi ao Conselho Deliberativo e contou, pelos motivos expostos, com nossa aprovação para redução dos Planos referentes aos petroleiros, com ressalvas em virtude de não ter sido atendida exigência quanto ao exame da avaliação atuarial apresentada. Na ocasião, ratificamos a necessidade de exaustivo estudo e correção de todas as taxas administrativas da entidade para que pudessem refletir a necessidade real de recursos. Há tempos cobrávamos essa discussão, e fizemos, inclusive, constar dos relatórios da entidade. O que levou, no entanto, a Diretoria da Petros, a levar o tema ao Conselho Deliberativo? Não foram os nossos pedidos. Vejamos então o que foi.

A crise econômica acarretou perdas consideráveis que, aos poucos, vão sendo recuperadas. Mas isso trouxe problemas para os planos de Con-

tribuição Definida administrados pela Petros, particularmente ao Plano Petros 2. O Plano Petros 2 foi constituído de forma a não capitalizar o necessário para que o futuro aposentado ganhe aposentadoria assemelhada ao salário que conquistou durante sua vida profissional. A Diretoria da Fundação Petros, então, resolveu diminuir a taxa de administração de 6% para 4% para permitir que mais valores aparecessem nos saldos de conta.

Ou seja, a decisão foi tomada exclusivamente para mascarar a má qualidade do plano de benefícios oferecido aos novos empregados. E foi tomada sem estudos exaustivos, sem uma análise do peso de cada um dos planos na carga administrativa da entidade. No caso específico do Plano ANAPARprev, não foi apresentado estudo de impacto atuarial que justificasse a redução da taxa. Foi por isso que os membros do Conselho Deliberativo votaram contra essa redução, pois mesmo mantendo 6% este já tem seu custo subsidiado, particularmente porque a Fundação Petros mantém seu custeio administrativo essencialmente com um fundo criado com recursos do Plano Petros BD.

Mantínhamos, até agora, um silêncio respeitoso em relação à ANAPAR. Na verdade, mantínhamos um silêncio de constrangimento. É que ajudamos a criar aquela entidade na esperança de que viesse a ser a grande aglutinadora dos participantes de fundos de pensão. Não foi assim. Quando da edição da Resolução CGPC-26, que permitiu às patrocinadoras sacar recursos de fundos de pensão a pretexto de utilização do superávit, o representante da ANAPAR no Conselho de Gestão da Previdência Complementar misteriosamente se absteve. Não votou contra, não gritou, não denunciou. Simplesmente lavou as mãos, abstendo-se.

Durante todo o governo Lula a Diretoria da ANAPAR se esqueceu que era representante dos participantes. Passou, tão somente, a apoiar o governo, a não ser empecilho, a não levantar propostas, a não questionar. A Diretoria da ANAPAR, ainda, passou a apoiar ostensivamente a implantação de planos de benefícios lesivos aos participantes, a aderir à moda das migrações entre planos de benefícios.

Vivemos uma situação limite na Fundação Petros. A BRASKEM, uma empresa que pertencia à Petrobrás e foi privatizada, resolveu retirar o patrocínio do Plano, o que foi absurdamente aprovado

pela SPC. Aqueles participantes tinham o direito de se manter no Plano Petros, a fazer cumprir o contrato que firmaram. O que a Diretoria da ANAPAR fez, no entanto? Aceitou ser a incubadora de uma proposta onde o participante deveria abrir mão do benefício vitalício e "escolher quando pretendia morrer": se em 5, 10, 15, 20 ou 25 anos.

A ANAPAR instituiu um plano de benefícios na Petros para receber esses participantes do Plano patrocinado pela BRASKEM. Só que o benefício não mais era vitalício. O benefício passaria a ser por tempo determinado, onde o participante "escolhe" durante quanto tempo irá continuar vivo.

A ANAPAR teve a indecência de ratificar essa proposta absurda, de se dispor a aceitar a quebra de um contrato de aposentadoria vitalícia por um onde o participante "escolhe" a data de sua morte. E o pior, o auge da incompetência: os próprios participantes vinculados à BRASKEM conseguiram uma proposta melhor do que a ANAPAR havia lhes oferecido! A Associação dos Participantes, portanto, ofereceu aos participantes expulsos do Plano BRASKEM algo pior do que eles próprios obtiveram no mercado.

Agora, a ANAPAR criticou publicamente os Conselheiros Deliberativos da Petros que exigem avaliação profunda da taxa de administração cobrada da entidade. Com que autoridade a ANAPAR faz isso? Com que autoridade uma associação de participantes agride Conselheiros Deliberativos eleitos?

Lamentavelmente, a ANAPAR é isso que vemos hoje. É uma associação chapa branca, governista, composta, essencialmente, por dirigentes de fundos de pensão, incapaz de votar contra algo lesivo aos participantes proposto pelo governo. Incapaz de propor qualquer coisa de interesse dos participantes ao governo. Incapaz de enfrentar os absurdos cometidos contra os participantes, contra os idosos.

A ANAPAR, hoje, é um vexame nacional. Nós, conselheiros eleitos da PETROS, nos sentimos obrigados, hoje, a prestar este esclarecimento, a demonstrar quem é a ANAPAR, e a convidar a todos os participantes que se sentem lesados pelas patrocinadoras, pelas administrações dos seus fundos, a questionar a existência dessa associação que apenas busca confundir os trabalhadores, que aceita a venda de direitos.

Expediente

"Fique informado sobre a PETROS" é o informativo sobre a atuação dos Conselheiros da Petros, eleitos pelos participantes (ativos, aposentados e pensionistas). **CDPP** – Comitê em Defesa dos Participantes da Petros; **FNP** – Frente Nacional dos Petroleiros; **FENASPE** – Federação Nacional dos Aposentados e Pensionistas do Sistema Petrobrás e Petros. **Conselheiros responsáveis:** Agnelson Camilo, Epaminondas Mendes, Fernando Siqueira, Paulo T. Brandão, Oscar Scotta, Roberto Ribeiro, Ronaldo Tedesco, Sérgio Salgado, Silvio Sinedino e Yvan Barretto
Contato: ptbrandao@terra.com.br – **Edição:** José Carlos Moutinho